

## **Gestão de Custos e Financiamento Público na Educação Federal Brasileira: Impactos sofridos na assistência estudantil**

*Cost Management and Public Financing in Brazilian Federal Education: Impacts on Student Assistance*

*Gestión de costos y financiamiento público en la educación federal brasileña: impactos en la asistencia estudiantil*

### **TAVARES, Davi Soares**

Pós graduação em direito tributário PUC Minas, Direito tributário.

Administração - Universidade Federal de Alagoas.

Endereço: Maceió, Alagoas (AL), Brasil.

E-mail: davisoares10@gmail.com

### **SANTA RITA, Luciana Peixoto**

Pós-doutorado (ISEG/UNIVERSIDADE DE LISBOA), Gestão.

Economia - Universidade Federal de Alagoas.

Endereço: Maceió, Alagoas (AL), Brasil.

E-mail: Luciana.santarita@feac@ufal.br

### **RESUMO**

Este estudo analisa os efeitos dos cortes orçamentários na educação pública federal brasileira sob a perspectiva da gestão financeira e dos modelos de financiamento público. A partir de uma revisão narrativa estruturada, aplicou-se a análise temática aos trabalhos selecionados segundo critérios de data (2014-2025), relevância para o orçamento educacional e rigor metodológico. Adotou-se o arcabouço teórico da Nova Gestão Pública (NGP) e da Governança Pública (GPP) para discutir princípios de eficiência, accountability e participação interinstitucional. Os resultados demonstram que a ausência de parâmetros de alocação bem definidos e o comprometimento crônico com o subfinanciamento das ações de assistência estudantil aumentam as taxas de evasão e fragilizam o controle orçamentário nos Institutos Federais (MEC, 2024; CONIF, 2022; INEP, 2023; todos pela Educação, 2023). Conclui-se que é imperativo fortalecer os mecanismos de governança e as ferramentas de contabilidade pública, adotando práticas de gestão pautadas em indicadores de desempenho e contratos de resultados para mitigar os impactos negativos dos cortes.

**Palavras-chave:** Educação Profissionalizante; estudantes; orçamentos; políticas públicas.

### **ABSTRACT**

This study analyzes the effects of budget cuts on Brazilian federal public education from the perspective of financial management and public financing models. Based on a structured narrative review, thematic analysis was applied to works selected according to criteria of date (2014-2025), relevance to the educational budget, and methodological rigor. The theoretical framework of New Public Management (NPM) and Public Governance (PGP) was adopted to discuss principles of efficiency, accountability, and interinstitutional participation. The results show that the absence of well-defined allocation parameters and chronic underfunding compromise student assistance actions, increase dropout rates, and weaken budgetary control in Federal Institutes (MEC, 2024; CONIF, 2022; INEP, 2023; Todos pela Educação, 2023). It is concluded that it is imperative to strengthen governance mechanisms and public accounting tools, adopting management practices based on performance indicators and results contracts to mitigate the negative impacts of cuts.

**Keywords:** Professional Education; students; budget; public policy.

## RESUMEN

Este estudio analiza los efectos de los recortes presupuestarios en la educación pública federal brasileña desde la perspectiva de la gestión financiera y los modelos de financiamiento público. Con base en una revisión narrativa estructurada, se aplicó un análisis temático a trabajos seleccionados según criterios de fecha (2014-2025), relevancia para el presupuesto educativo y rigor metodológico. Se adoptó el marco teórico de la Nueva Gestión Pública (NGP) y la Gobernanza Pública (PGP) para discutir los principios de eficiencia, rendición de cuentas y participación interinstitucional. Los resultados muestran que la ausencia de parámetros de asignación bien definidos y la subfinanciación crónica comprometen las acciones de asistencia estudiantil, aumentan las tasas de deserción escolar y debilitan el control presupuestario en los Institutos Federales (MEC, 2024; CONIF, 2022; INEP, 2023; todos pela Educação, 2023). Se concluye que es imperativo fortalecer los mecanismos de gobernanza y las herramientas de contabilidad pública, adoptando prácticas de gestión basadas en indicadores de desempeño y contratos de resultados para mitigar los impactos negativos de los recortes.

**Palabras clave:** Educación Profesional; estudiantes; presupuesto; políticas públicas.

## 1 INTRODUÇÃO

A princípio, a noção de direitos no Brasil sempre foi muito tardia (Trevisol; Mazzioni, 2018). Não só em relação a aspectos gerais de direitos essenciais, mas também fundamentalmente nos direitos mais básicos como a educação, prevista por lei com a criação da Constituição Federal (Moraes; Almeida; Almeida, 2022).

Embora o tema tenha sido amplamente debatido desde sua origem, a literatura evidencia que a educação constantemente se insere no centro de disputas de natureza política, econômica e social, sendo a desorganização e os cortes orçamentários resultados das consequências mais frequentes vividas pela população (Santos; Abrantes; Zonta, 2021).

As atividades desenvolvidas nos ambientes acadêmicos perpassam a questão do ensino e pesquisa, incorporando iniciativas que as aproximam do mercado e da indústria em formatos de consultoria, patentes e empreendedorismo acadêmico (Paraol, 2019; Souza; Sousa; Neto, 2022).

Reconhecer que foram necessárias pelo menos três décadas de debates para iniciar a institucionalização de propostas de organização curricular representa mais uma consequência a ser considerada — materializada, ao final, em três portfólios principais na educação do cidadão brasileiro: Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (RCN), Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) para o ensino fundamental e médio, Base Nacional Comum e Diretrizes Curriculares para cursos de graduação e pós-graduação (Reis; Sartori, 2018).

Através da literatura, identifica-se tentativas constantes do Governo de criar um currículo único que se adequasse a todos os padrões sociais, buscando criar uma educação igualitária sem restrições de qualquer tipo (Moraes; Almeida; Almeida, 2022).

Contudo, em um país complexo como o Brasil, com dimensões continentais e diferenças culturais e econômicas bem delimitadas, a proposta de instituir um currículo único em âmbito nacional representa um desafio ambicioso e de baixa viabilidade, ao mesmo tempo em que fomenta novas frentes de debate na formulação de políticas públicas baseadas nesse conceito de equidade, não igualdade (Reis; Sartori, 2018).

Além da ausência de integração do currículo acadêmico, o estrangulamento orçamentário surge como um outro problema principal sofrido por inúmeras instituições e alunos, afetando negativamente e diretamente a produção e distribuição de conhecimento, a capacitação de novos profissionais e pesquisadores altamente qualificados e a infraestrutura de diversas instituições que planejam preservar suas atividades (Serafim; Dias; Etulain, 2021), especialmente em contextos de crise econômica, nos quais sucessivos cortes orçamentários comprometem até mesmo os recursos destinados ao custeio básico, como o pagamento de água e energia elétrica, e terceirizados (Araújo, 2022).

No contexto da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT), diante da recorrência de cortes e bloqueios orçamentários, o funcionamento das Instituições Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (IFs) torna-se progressivamente mais comprometido pelo funcionamento inadequado ou não funcionamento (CONIF, 2021; Moraes; Almeida; Almeida, 2022).

Já nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), verifica-se uma relação direta entre os indicadores de desempenho acadêmico e envolvimento dos alunos nas atividades do ensino de graduação nas universidades com a involução ou evolução dos investimentos realizados de forma proporcional (Martins; Fernandes; Brun, 2019).

As recomposições e os novos aportes atestam que, mesmo sob um regime de austeridade fiscal prolongada (Mattei, 2023), é possível retomar progressivamente o financiamento da educação pública. A recomposição de custeio viabiliza o restabelecimento de contratos de gestão e o estabelecimento de objetivos de produtividade acadêmica (NPM), enquanto os recursos do PAC

reforçam o papel dos colegiados institucionais no monitoramento dos processos de expansão (MEC, 2025).

No mês de junho de 2024, o governo federal alocou R\$5,5 bilhões pelo PAC para obras de infraestrutura e expansão da Rede Federal (CONIF, 2024). Segundo Nunes, Bueno e Barros (2025), esse aporte contempla dez novos campi, 338 obras em execução e melhorias em hospitais universitários, fortalecendo mecanismos de governança colaborativa e transparência em conselhos colegiados (Nunes; Bueno; Barros, 2025).

No mês de maio de 2025, o Ministério da Educação (MEC) anunciou a recomposição orçamentária de R\$400 milhões para custeio de Institutos e Universidades Federais, regularizando ainda repasses retroativos de R\$300 milhões referentes a janeiro–maio (MEC, 2025). Paralelamente, restabeleceu-se o limite anual de uso do orçamento para 1/12 desde junho, em substituição à restrição de 1/18, ampliando a previsibilidade para contratos de gestão e metas de desempenho, conforme preconizado pelo New Public Management (MEC, 2025; Salvador, 2024).

Apesar dessas medidas emergenciais, as políticas de assistência estudantil – cruciais para a permanência de estudantes em situação de vulnerabilidade – continuam sob forte contingenciamento, elevando índices de evasão e comprometendo a qualidade acadêmica (Ribeiro; Oliveira, 2024).

No entanto, tais medidas emergenciais não eliminam a exigência de revisar as regras estruturais de congelamento de despesas e de conter as renúncias tributárias que drenam recursos equivalentes a até 28% do recurso federal para educação (Amaral, 2023).

O cenário crítico de subfinanciamento, agravado pela recorrência de cortes orçamentários severos nas políticas conduzidas pelo Governo Federal somadas às contrarreformas impostas que reduziram direitos e limitavam expressivamente os gastos públicos, criaram adversidades e dificuldades suficientes para prejudicar a condução do ensino-aprendizagem (Souza; Sousa; Neto, 2022; Almeida, 2023).

Assim sendo, este trabalho objetiva, valendo-se de uma revisão de literatura, analisar resultados encontrados sobre os impactos dos cortes orçamentários na vida acadêmica de indivíduos inseridos em órgãos federais.

A pergunta norteadora desta pesquisa foi simplificada em: “Quais são os impactos sofridos pelos cortes orçamentários nas instituições federais?”.

Na literatura, muito se fala sobre cortes orçamentários de forma rotineira. Desde a crise de 2014 até a criação da Emenda Constitucional 95/2016 (Almeida, 2023) e, subsequentemente, no decorrer dos anos até trabalhos mais recentes, mas, pouco se relata detalhadamente sobre o que esses cortes bloqueiam nas instituições federais e suas implicações aos estudantes.

Com isso, esta investigação propôs-se a explorar os impactos sofridos pelas partes envolvidas além das políticas públicas, evidenciando o que, de fato, o corte orçamentário reproduz na estrutura das instituições e na vida acadêmica do aluno.

Os objetivos específicos foram então direcionados a: delinear a causa principal dos contingenciamentos orçamentários e evidenciar o impacto desses cortes sob o ponto de vista estudantil e o que esses cortes representam em instituições federais.

Espera-se que este trabalho contribua positivamente para auxiliar no debate constante entre instituições de educação e Governo Federal no empenho da captação de recursos com o propósito de aprimorar os processos de ensino e aprendizagem.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

Rigby et al. (2021) apontam que a concepção inaugural da New Public Management se apoiava na suposição de que métodos gerenciais oriundos do setor privado fossem transferíveis para a administração pública. A literatura recente recorre ao referencial do New Public Management (NPM) e da Governança Pública (PGP) para debater eficiência, accountability e participação interinstitucional (Pollitt; Bouckaert, 2017).

Segundo Dougherty e Natow (2020), o modelo de alocação orçamentária deve incorporar indicadores de desempenho e eficiência, de modo a ajustar a distribuição de recursos à realidade institucional, fomentar a elevação da qualidade e apoiar os princípios da New Public Management (NPM).

No âmbito da gestão da educação, o paradigma da New Public Management introduz mudanças centrais: amplia a autonomia das instituições, enfatiza a avaliação de desempenho e a

qualidade dos serviços, alinha práticas à estratégia organizacional e reforça mecanismos de responsabilização e transparência (Altundemir & Goksu, 2017).

A Constituição Federal de 1988 determinou a vinculação orçamentária à política educacional; entretanto, ao longo das três últimas décadas, a efetividade dessa garantia — tanto no que se refere aos recursos vinculados quanto aos gastos mínimos obrigatórios — tem sido progressivamente enfraquecida em decorrência das medidas de austeridade fiscal. Apesar de progressos notáveis obtidos — como a implementação do Fundef e, posteriormente, do Fundeb —, tais iniciativas mostraram-se incapazes de assegurar uma expansão significativa do volume de recursos destinados à educação (Salvador, 2024).

Salvador (2024) demonstra que o ajuste fiscal iniciado pela Emenda Constitucional 95/2016 e fortalecido em 2024 reduziu gastos obrigatórios em saúde e educação, drenando até 28 % do orçamento que deveria atingir ao menos 7 % do PIB (Salvador, 2024). Nunes, Bueno e Barros (2025) afirmam que, no contexto do IFRO, os cortes de custeio entre 2022–2024 ultrapassaram 17 %, pressurizando severamente serviços básicos e programas de assistência (Nunes; Bueno; Barros, 2025).

A Lei n.º13.005/2014 previa investimentos mínimos de 7 % do PIB em educação, meta jamais cumprida (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2021; Salvador, 2024). Relativamente às bolsas, Ribeiro e Oliveira (2024) evidenciam redução de 12 % na distribuição de auxílios da CAPES entre 2019–2023, agravando desigualdades e ameaçando a permanência de alunos em cursos presenciais.

Desde os seus primórdios, a educação foi concebida como uma política social regulada pelo Estado, com o intuito de garantir condições para sua continuidade e funcionalidade, de forma a não comprometer os interesses do capital nem implicar em redução de lucro, evitando, assim, pressões diretas sobre a classe trabalhadora e viabilizando a articulação entre as esferas econômica e política (Prada; surdine, 2018).

Contudo, o tempo e uma sucessão de falhas de gestão contribuíram para a progressiva redução da capacidade de atuação do Estado, afetando sua onipresença com a identificação de gastos exagerados e ineficientes, principalmente nas esferas de ensino básico e superior, sujeitando-se a financiamentos externos ou cortes sucessivos para chegar em um equilíbrio fiscal (Ferreira, 2020).

Esse fato se torna ainda mais eminente à luz do Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnae), regulamentador e possível expensor de outros programas como o Programa Universidade Para Todos (Prouni), o Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior (Fies), o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), onde há repasse de verbas para estudantes, os quais enfrentam contingenciamentos de recursos financeiros sucessivos e contínuos ao longo do tempo (Prada, 2015; Prada; Surdine, 2018).

Os recursos orçamentários direcionados às Instituições de Ensino Superior (IES) não acompanham a ampliação das vagas oferecidas. Ademais, essa dotação não é revista anualmente conforme os índices de inflação, o que amplia a diferença entre o montante efetivamente liberado e aquele a que as instituições teriam direito. Esse descompasso instala um clima de insegurança institucional e impõe obstáculos à implementação de ações de expansão — como o aumento das matrículas e a integralização curricular —, pois os gestores receiam não dispor de verbas suficientes para a manutenção das atividades acadêmicas (Martins; Lavarda, 2024).

Consequentemente, a situação afeta diretamente no financiamento das Políticas de Assistência Estudantil (PAE) nas redes públicas, principalmente no que se refere à amenização de exclusão e desigualdades de ordem social, econômica e de saúde pública, tornando o valor do corte financeiro muito mais elevado do que o próprio preço e o impacto muito maior do que se imaginava (Moraes; Almeida; Almeida, 2022).

As restrições orçamentárias impõem impactos significativos que se estendem desde a conservação da infraestrutura escolar até a viabilização de bolsas estudantis, ações afirmativas e estratégias de permanência. Nos Institutos Federais, esse quadro se agrava, considerando seu caráter multicampi, sua inserção em territórios marcados por vulnerabilidade socioeconômica e a consequente demanda por investimentos ampliados, com vistas à promoção da equidade no acesso e na permanência dos estudantes (Nunes; Bueno; Barros, 2025).

Torna-se necessário enfrentar a fragilidade do Estado no cumprimento de seu papel como gestor do fundo público e agente assegurador dos direitos sociais, cuja efetivação depende da implementação de políticas públicas consistentes. Tal realidade decorre de uma lógica ideológica enraizada no imaginário coletivo, que restringe a satisfação das necessidades humanas às dinâmicas mercadológicas, sem considerar alternativas ao paradigma capitalista vigente (Salvador, 2024).

## 2.1 IMPACTO DO CORTE ORÇAMENTÁRIO NA INCIDÊNCIA DA EVASÃO ESCOLAR

Entende-se por “evasão escolar” o desligamento do discente da instituição de ensino, independente do motivo, que o faz não alcançar conclusão ou diplomação do curso pretendido, considerado um problema educacional complexo de difícil compreensão e redução (Fritsch; Rocha; Vitelli, 2015; Mussliner et al., 2021).

O abandono escolar é um problema que afeta tanto alunos, de forma social, técnica e pessoal, quanto instituições que, em contrapartida, lidam com redução de verbas e resultados (ESTEVEZ et al., 2020). Está relacionado à diversas causas que necessitam ser estudadas e compreendidas sob ótica socioeconômica, política e educacional (Fritsch; Rocha; Vitelli, 2015; Esteves et al., 2020).

O indicador de Taxa de Evasão (TE) que, antes ficava acima das metas estabelecidas pelo Plano de Desenvolvimento Institucional, vem despencando e trazendo status de matrícula “desligado” ou “abandono” de forma expressiva (IF BAIANO, 2020), surgindo então a necessidade de programas que viabilizassem a continuidade dos estudos dos discentes (Fritsch; Rocha; Vitelli, 2015).

Mussliner et al. (2021) mostram que bloqueios superiores a 15 % nos recursos de custeio elevam a taxa de evasão em 5–12 pontos percentuais num único semestre, sobretudo em cursos presenciais. Nunes, Bueno e Barros (2025) corroboram que o IFRO apresentou aumento de 6 pp na evasão pós-corte de 17 % no orçamento de custeio (Nunes; Bueno; Barros, 2025).

Além disso, a pandemia de COVID-19 exacerbou essa dinâmica: a migração abrupta ao ensino remoto sem suporte tecnológico e sem compensação financeira ampliou a exclusão digital, retroalimentando a evasão (Gemelli & Cerdeira, 2020; todos pela Educação, 2021).

Em resposta, surgem as Políticas de Assistência Estudantil (PAE) como uma iniciativa à necessidade de retenção de alunos suscetíveis à evasão, com a missão de acolher e dar apoio aos estudantes no passo que democratiza o ensino e a permanência nas instituições (Paraol, 2019; Tuckumantel; Gunther, 2023).

Iniciativas como auxílio moradia, transporte, creche, permanência/PROEJA, Programa Pé-de-meia, cópia e impressão, uniforme, material acadêmico e alimentação têm ajudado a reduzir

taxas de abandono e contribuir para o atendimento de diferentes demandas apresentadas pelos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, se tornando um programa de referência (Prada; Surdine, 2018; IF BAIANO, 2020; Moraes; Almeida; Almeida, 2022; Madaloz et. al., 2024).

A ideia principal seria de instrumentalizar os estudantes com recursos básicos para viabilizar permanência e êxito acadêmico através do financiamento de despesas e do atendimento de necessidades diversas estudantis no decorrer do processo formativo (IF BAIANO, 2020; CONIF, 2021; Moraes; Almeida; Almeida, 2022).

Entretanto, o cenário constante de cortes orçamentários tem sinalizado uma série de dificuldades no desenvolvimento das atividades acadêmico-científicas (Rossi; Tude, 2021; Tuckumantel; Gunther, 2023), principalmente nas universidades, órgãos responsáveis por gerar e difundir conhecimento (Paraol, 2019).

Ainda que reduções promovidas pelo Ministério da Educação (MEC) sejam feitas de forma linear para todas as Instituições Federais de Ensino, cada polo sofre impactos diferentes de acordo com a realidade institucional discente e docente, o que obriga Instituições da Rede Federal fazerem difíceis escolhas quanto ao pagamento de despesas correntes, tais como serviços de limpeza, energia e, até mesmo, atraso e/ou cancelamento de editais pesquisa, bolsas e auxílios de assistência estudantil (Moraes; Almeida; Almeida, 2022).

## 2.2 IMPACTO DO CORTE ORÇAMENTÁRIO NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO NO CONTEXTO PANDEMIA

Por mais que medidas específicas para estimular a integração ao mundo acadêmico sejam tomadas de geração em geração, professores e alunos da rede pública carregam consigo o estigma de frequentes interrupções, motivadas por jogo político através de cortes sucessivos nos recursos financeiros, tornando difícil a identificação do real problema, o que foi sentido com muito mais força na época do cenário da COVID-19.

Mais uma vez a educação foi afetada pela escassez de recursos impulsionados pela crise econômica: o vírus trouxe consigo não só problemas de ordem de saúde geral, como também desemprego, inadimplência, evasão de discentes e docentes, e um modelo falho de Educação à

Distância (EaD) que desmotivou ainda mais a continuidade do sistema (Gemelli; Cerdeira, 2020; todos pela Educação, 2021; Moraes; Almeida; Almeida, 2022).

Batista e Alves (2024) analisaram a Universidade Federal do Amazonas (UFAM) durante a COVID-19 e documentaram cortes de até 18,2 % nos recursos de custeio em 2020, causando falta de insumos básicos, atrasos em contratos de limpeza e segurança e suspensão de editais de bolsas (Batista; Alves, 2024).

Sendo esse apenas o prelúdio do desastre, ainda na Pandemia, Ribeiro e Oliveira (2024) registram que as limitações orçamentárias embutiram redução de 43 milhões (2,2 %) para assistência infantil e capacitação, impulsionando evasão por exclusão digital e falta de infraestrutura para EaD (Ribeiro; Oliveira, 2024; Gemelli; Cerdeira, 2020).

Contudo, cortes orçamentários nem sempre foram pautas ligadas diretamente à pandemia, visto que em épocas menos conturbadas recursos chegassem às instituições, documentos comprobatórios de distribuição – ainda que passassem pelos Pnaes – não possuíam informações precisas sobre a integridade dos recursos disponibilizados: o financiamento não era regulamentado na grande maioria dos Institutos Federais e haviam registros apenas da execução de suas intervenções, fazendo com que os relatórios de balanço de entradas e saídas fossem nebulosos (Prada; Surdine, 2018).

Segundo a literatura, embora recursos do Governo Federal sejam acumulados constantemente e repassados, as gestões federais sofrem com a regularidade de cortes sucessivos anuais e “subfinanciamentos” seguidos da redução do Orçamento de Custeio para os Institutos Federais de forma contínua, tornando conjecturas ainda mais difíceis em contraste com o aumento constante de demanda em matrículas, sendo esse um dos motivos principais das discrepâncias importantes em registros de entrada e saída de verbas (Prada, 2015; Prada; Surdine, 2018).

Com constância, falta de docentes, verba insuficiente e altos níveis de evasão e baixa retenção são contabilizados como problemas, enquanto a democratização do ensino superior continua um desafio em diferentes regiões do país (Mussliner et al., 2021).

### 3 METODOLOGIA

Este estudo foi desenvolvido com base em uma abordagem qualitativa, com caráter exploratório e descritivo, utilizando o método da revisão narrativa estruturada como principal estratégia de investigação. A escolha desse método permitiu reunir, interpretar e sintetizar criticamente produções científicas sobre os impactos do financiamento público na educação federal brasileira, especialmente em relação às políticas de assistência estudantil.

Optou-se por uma pesquisa bibliográfica fundamentada em revisão temática, favorecendo a identificação de padrões argumentativos e evidências empíricas presentes na literatura entre os anos de 2014 e 2025. A estrutura narrativa organizada seguiu critérios de relevância temática e rigor metodológico das fontes analisadas.

#### Seleção da Amostra

A amostragem foi intencional, formada por estudos científicos publicados em periódicos reconhecidos, dissertações, documentos oficiais e relatórios técnicos de órgãos educacionais e de controle institucional. Foram priorizadas produções que abordam diretamente o financiamento da educação, a gestão orçamentária das instituições federais de ensino e as consequências dos cortes sobre a permanência estudantil.

Os dados foram extraídos de bancos acadêmicos, sites oficiais de instituições públicas e bibliotecas digitais, com ênfase em produções acadêmicas que utilizam a Nova Gestão Pública (NGP) e a Governança Pública como referenciais teóricos. Para o tratamento das informações, utilizou-se a análise temática, que permitiu a codificação e categorização dos conteúdos, facilitando a extração de núcleos de sentido relacionados ao objeto de estudo.

Apesar do esforço em reunir um corpus abrangente, reconhece-se que a predominância de análises secundárias pode restringir a compreensão dos efeitos individuais vivenciados pelos estudantes. Ademais, a escassez de estudos de campo voltados especificamente às experiências estudantis com assistência limitada representa uma lacuna relevante para investigações futuras.

### 4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A adoção de práticas gerenciais baseadas em indicadores de desempenho e contratos de resultados (NPM) mostrou-se eficaz em parte para reverter contingenciamentos emergenciais (MEC,

2025), mas não substitui a urgência de revisar regras estruturais de congelamento de gastos nem de limitar renúncias tributárias que corroem o orçamento educacional (Salvador, 2024).

Nunes, Bueno e Barros (2025) alertam que a contínua dependência de repasses federais fragiliza a autonomia dos IFs e empurra essas instituições a buscar receitas próprias, em descompasso com sua missão pública (Nunes; Bueno; Barros, 2025; Caetano; Campos, 2019).

Além disso, a queda expressiva na distribuição de bolsas da CAPES, identificada por Ribeiro e Oliveira (2024), expõe a contradição entre a expansão de matrículas e a redução de recursos individuais aos estudantes, aprofundando desigualdades regionais (Ribeiro; Oliveira, 2024).

Contudo, ainda que os planos ampliação do investimento governamental em Educação Pública sejam regidos pela Lei n. 13.005/2014, desde instituída (Moraes; Almeida; Almeida, 2022), não há cumprimento e cortes são realizados constantemente desde a sua implantação (Gemelli; Cerdeira, 2020; todos pela Educação, 2021).

Reis e Sartori (2018) abordam a falta de retornos como consequência de um ponto de vista financeiro mais realista: a falta de atratividade dentro do âmbito acadêmico pode ser resultado de uma desilusão histórica causada por situações pontuais após a crise financeira de 2008, onde salários de professores passaram a ser parcelados em mais de 10 vezes nos Estados do Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Minas Gerais, motivando migrações para outras áreas por parte dos profissionais.

Moraes, Almeida e Almeida (2022) complementam ao afirmar que o principal culpado da desvalorização desses profissionais é o Estado. Além de não repassar verbas de forma eficiente à Instituições e servidores públicos, os cortes representam cada vez menos desenvolvimento e ainda colocam em risco o funcionamento desses ambientes.

Em 2020, o valor total das despesas estaduais com Educação foi 14% menor do que o valor de 2015 que, em tese, pela Lei n. 13.005/2014, deveria alcançar no mínimo 7% do Produto Interno Bruto (PIB) (Todos pela Educação, 2023). Além da redução no valor bruto, Instituições ainda tiveram que enfrentar retenção de partes do valor total disponibilizado, de acordo com o Decreto de Programação Orçamentária e Financeira do Governo Federal (CONIF, 2021).

Com investimentos insatisfatórios e desvalorização da pesquisa científica, o Estado brasileiro se viu dependente dos resultados científicos das universidades públicas para amenizar a

falta de contribuições, que foram sentidas em maior peso em tempos de pandemia (Barros; Matias, 2021).

Vale ressaltar que, mesmo sem a Pandemia do COVID-19, cortes sucessivos sempre trabalharam na contramão do desenvolvimento social a partir da educação, colocando não só em risco o funcionamento das Instituições Federais como também promovendo gradativamente seu sucateamento e pondo em risco suas existências (Caetano; Campos, 2019; Tuckumantel; Gunther, 2023).

É visível a falta de comprometimento do Estado em melhorias, dado que Educação e Saúde não são vinculadas como obrigação orçamentária nas três esferas de administração pública (Oliveira; Silva, 2018; Martins; Fernandes; Brun, 2019; CONIF, 2021; Moraes; Almeida; Almeida, 2022).

Com a política de cortes praticamente enraizada de Governo em Governo, as Instituições Federais se viram obrigadas a buscar outras alternativas de renda para conseguir desempenhar suas atividades de forma satisfatória. Prada e Surdine (2018) trazem um grande exemplo disso ao afirmar já existem instituições não exclusivamente dependentes dos recursos disponibilizados pelo Governo Federal.

Caetano e Campos (2019) inclusive trazem que as Instituições Federais são órgãos de administração indireta vinculados ao Ministério da Educação (MEC) e que, portanto, possuem autonomia para realizar esse tipo de atividade sem ônus de acordo com o art. 54 da LDB/96, mas de acordo com o Governo Federal, frequentemente são impedidas de exercer sua autonomia sob o pretexto de necessitar permissão para desempenhar aquilo que lhes competem, tornando até mesmo o pagamento de despesas básicas muitas vezes inalcançável.

Em síntese, os cortes orçamentários – ao sucatear a assistência estudantil, fragilizar programas de apoio acadêmico e minar a segurança dos estudantes – elevam de forma direta e significativa a evasão escolar na rede pública federal. Enfrentar esse desafio requer não apenas o restabelecimento das dotações mínimas, mas também a adoção de instrumentos robustos de governança participativa e contratos de desempenho que garantam a eficiência na alocação dos recursos e a responsabilização de gestores pelo cumprimento de metas de permanência (Salvador, 2024).

## 5 CONCLUSÃO

A educação vem sofrendo com cortes sucessivos, mesmo com sua crescente demanda ao longo dos anos. Com frequência, a literatura aponta descaso com o setor por parte dos Governantes que, não só limitam seus recursos, mas também não desenvolvem políticas públicas concretas para auxiliar no desenvolvimento autônomo das instituições.

Os cortes sucessivos – potencializados pelo ajuste fiscal e consolidação de limites de gasto – criam subfinanciamento crônico que compromete a assistência estudantil, agrava a evasão e sucateia infraestrutura acadêmica.

Do ponto de vista institucional, reduzir recursos significa diminuir as atividades que podem ser desempenhadas, reduzir quadro de funcionários e até mesmo reduzir a quantidade de serviços ofertados à população.

Já sob a ótica do estudante – que sofre impacto direto pela falta de recursos – a evasão é uma consequência óbvia do desinteresse moldado pela ausência de recursos, professores, estrutura adequada e apoio institucional.

A recomposição parcial de 2025 oferece alívio temporário, mas requer mecanismos perenes de governança participativa, contratos de resultados e maior controle das renúncias fiscais (MEC, 2025; Salvador, 2024).

Como limitações principais, neste estudo foi observado que:

- Trabalhos voltados aos impactos sofridos pelo estudante (além da evasão escolar) resultantes da falta de recursos são escassos.
- Apesar de haver muita informação referente aos cortes orçamentários das instituições federais, a literatura aponta como motivo principal o jogo político; mais precisamente a má gestão, não delimitando outros aspectos.

Estudos de caso recentes (UFAM, IFRO) apontam para a necessidade de pesquisa empírica aprofundada sobre o impacto diferenciado dos cortes em diversas regiões e perfis de instituições (Batista; Alves, 2024; Nunes; Bueno; Barros, 2025).

Nessa linha, sugere-se então que trabalhos futuros realizem pesquisas levando em consideração essas limitações para aumentar o arsenal de estudos voltados à defesa de melhor gestão das instituições federais.

Propõe-se que investigações futuras analisem longitudinalmente os efeitos das políticas de performance (contratos de gestão) e a expansão de fontes alternativas de receita, fortalecendo a autonomia institucional sem abrir mão da gratuidade constitucional.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. G. M. **Execução orçamentária e políticas de financiamento do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba: 2016-2021**. Dissertação (Mestrado Profissional) – Universidade Federal da Paraíba: João Pessoa, 2023.

AMARAL, N. C. Os Recursos Públicos Aplicados na Educação Básica e Superior: uma análise da meta 20 do PNE (2014-2024) considerando os dados do INEP. **FINEDUCA - Revista De Financiamento Da Educação**, n.13, 2023.

ARAÚJO, L. F. S. (2022). **Reflexão sobre a educação no Brasil: informes dos cortes do Governo Federal no orçamento da educação, ciência e tecnologia nos últimos anos**. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) - Universidade Federal de Pernambuco, 2022.

AZEVEDO, M. L. N.; Oliveira, J. F.; Catani, A. M. O Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG) e o Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024): regulação, avaliação e financiamento. **RBP**, v. 32, n. 3, p. 783-803, 2016.

BARROS, J. A.; Matias, J. C. Discursos de um presidente: políticas públicas e educação em tempos de pandemia. **Linhas Críticas**, v. 27, p. 1-23, 2021.

BATISTA, Amanda Cavalcante; Alves, Adenes Teixeira. O orçamento público da educação na pandemia covid-19: uma análise sobre a destinação dos recursos orçamentários para a Universidade Federal do Amazonas. **Revista Sociedade Científica**, [S.l.], v. 7, n. 1, p. 1270–1302, 2024.

CONSELHO NACIONAL DAS INSTITUIÇÕES DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA (CONIF). **A rede Federal de educação profissional, científica e tecnológica não para e não pode parar.** [S.l.]. Brasília, DF, 2024.

CONSELHO NACIONAL DAS INSTITUIÇÕES DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA (CONIF). **A rede Federal de educação profissional, científica e tecnológica não para e não pode parar.** Brasília, DF, 2021.

DOUGHERTY, K. J., & Natow, R. S. Performance-based funding for higher education: how well does neoliberal theory capture neoliberal practice? **Higher Education**, n. 80(3), p. 457-478, 2020.

ESTEVES, H. R. C.; Dias, C. A.; Santos, C. M. et al. Evasão escolar no Ensino Superior: uma revisão literária entre os anos de 2014 a 2020. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 3, p. 1-8, 2020.

FERREIRA, E. C. Um ajuste justo ou mais alguns passos atrás para a educação básica pública no Brasil? **Educação e Pesquisa**, v. 46, n. 1, p. 1-18, 2020.

FRITSCH, R.; ROCHA, C. S.; VITELLI, R. F. A evasão nos cursos de graduação em uma instituição de ensino superior privada. **Revista Educação em Questão**, v. 52, n. 38, p. 81-108, 2015.

GEMELLI, C. E.; CERDEIRA, L. Covid-19: impactos e desafios para a educação superior brasileira e portuguesa. **Janelas da Pandemia**, v. 1, n. 1, p. 115-124, 2020.

GILIOLI, R. S. P. Evasão em instituições federais de ensino superior no Brasil: expansão da rede, sisu e desafios. **Estudo técnico de consultoria legislativa**. 2016.

INSTITUTO FEDERAL BAIANO (IF BAIANO). **Resolução nº 78/2020 – OS-CONSUP/IF BAIANO**, de 29 de agosto de 2020: Aprova o relatório de Gestão/2019 do IF Baiano. Anexo. 2020.

MADALOZ, Rogéria Fatima; SILVA, Joice Nara Rosa; LAUXEN, Sirlei de Lourdes; NEUBAUER, Vanessa Steigleder; TANSKI, Daiane Caroline; MENEZES, Luana Possamai; DA SILVA, Diego Batista; ALVES, Rodrigo Antonio Rodrigues. NEST EGG PROGRAM: A FINANCIAL-EDUCATIONAL INCENTIVE FOR PERMANENCE AND COMPLETION IN PUBLIC HIGH SCHOOL. **ARACÊ**, [S. l.], v. 6, n. 4, p. 12856–12869, 2024. DOI: 10.56238/arev6n4-116. Disponível em: <https://periodicos.newsciencepubl.com/arace/article/view/2055>. Acesso em: 29 jun. 2025.

MARTINS, J. C.; FERNANDES, W. L. C.; BRUN, S. A. Orçamento público e universidade: uma análise da relação entre gasto público e qualidade de ensino. **Gestus**, v. 2, n. 1, p. 75-89, 2019.

MARTINS, F. J. Em defesa da universidade brasileira: impressões contemporâneas a partir da obra de Florestan Fernandes. **Revista iberoamericana de educación superior**, n. 14(40), p. 191-205, 2023.

MARTINS, Andreia Dulce; LAVARDA, Carlos Eduardo Facin. Orçamento e indicadores de desempenho em uma instituição federal de educação. **Enfoque: Reflexão Contábil**, v. 43, n. 2, p. 93-110, 2024.

MATTEI, C. **A ordem do capital: como economistas inventaram a austeridade e abriram o caminho para o fascismo**. São Paulo: Boitempo, 2023.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. (2025). **Nota à imprensa: recomposição orçamentária de R\$ 400 milhões para custeio de Institutos e Universidades Federais e restabelecimento do limite de 1/12 do orçamento**. Brasília, maio 2025.

MORAES, A. S.; ALMEIDA, J. S.; ALMEIDA, M. C. S. Cortes orçamentários e contingenciamentos de recursos da educação: impactos na política de assistência estudantil do Instituto Federal Baiano, Campus Senhor do Bonfim. **Brazilian Journal of Development**, v. 8, n. 2, p. 9529-9553, 2022.

MUSSLINER, B. O.; MUSSLINER, M. S. S.; MEZA, E. B. M. et al. O problema da evasão universitária no sistema público de ensino superior: uma proposta de ação com base na atuação de uma equipe multidisciplinar. **Brazilian Journal of Development**, v. 7, n.4, p. 42674-42692, 2021.

NUNES, Jackson Bezerra; BUENO, José Lucas Pedreira; BARROS, Josemir Almeida. FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA EM PERSPECTIVA: CORTES ORÇAMENTÁRIOS E DESAFIOS INSTITUCIONAIS NO IFRO. **ARACÊ**, [S. l.], v. 7, n. 5, p. 25053–25072, 2025.

OLIVEIRA, C.; SILVA, G. O novo regime fiscal: tramitação e impactos para a educação. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 34, n. 1, p. 253-269, 2018.

PARAOL, G. Além da Educação: o papel da universidade em ecossistemas de inovação. São Paulo: VIA, **Estação do Conhecimento**, 2019.

PRADA, T. **O trabalho em rede na intervenção dos assistentes sociais dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia**. 2015. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Universidade Federal do Espírito Santo, 2015.

PRADA, Talita; SURDINE, Mônia Carla da Costa. A assistência estudantil nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. **SER Social**, Brasília, v. 20, n. 43, p. 268–289, 2018.

REIS, V.; SARTORI, A. S. Educação pública em risco: descontinuidades, golpes e resistência. **Revista Espaço do Currículo**, v. 11, n. 1, p. 59-70, 2018.

RIBEIRO, Daniella Borges; Oliveira, Edineia Figueira dos Anjos. A distribuição de bolsas da CAPES em tempos de cortes orçamentários. **Temporalis**, [S. l.], v. 24, n. 47, p. 35–50, 2024.

RIGBY, J., Kobussen, G., Kalagnanam, S., & Cannon, R. Implementing responsibility centre management in a higher educational institution. **International Journal of Productivity and Performance Management**, n. 70(8), p. 2374-2392, 2021.

ROSSI, R. A.; TUDE, J. M. **Cortes no orçamento das Universidades Federais – significados e efeitos: apresentação**. Editora Renata Alvarez Rossi. Salvador, 2021.

SALVADOR, E. . Financiamento da educação no contexto de ajuste fiscal no Brasil. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 45, p. e286672, 2024.

SANTOS, C. C. B.; ABRANTES, P. P. M.; ZONTA, R. Limitações orçamentárias: desafios à assistência estudantil da UnB em tempos de pandemia. **Cadernos Cajuína**, v. 6, n. 3, p. 213-227, 2021.

SERAFIM, M.; DIAS, R.; ETULAIN, C. R. Os cortes no orçamento da ciência brasileira: da fronteira sem fim ao fim da linha? **Avaliação**, v. 26, n. 1, p. 654-657, 2021.

SOUZA, C. S. B.; SOUSA, J. C. S.; NETO, A. R. Planejamento estratégico nas universidades federais do nordeste brasileiro: uma análise em contexto de cortes orçamentários. **ANPAD**, v. IV, n. 1, p. 1-11, 2022.

SOUZA, J. A radiografia do golpe: entenda como e por que você foi enganado. Rio de Janeiro: **LeYa**, 2016.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Anuário Brasileiro da Educação Básica 2021**. São Paulo: Todos Pela Educação: Moderna, 2020.



TREVISOL, J. V.; MAZZIONI, L. A universalização da educação básica no Brasil: um longo caminho. **Roteiro**, v. 2018, n. 1, p. 13-46, 2018.

TUCKUMANTEL, H. L.; GUNTHER, H. F. A Importância da assistência estudantil diante de cortes orçamentários: o desafio de fazer mais com menos. **FAPESC**, [S.V.], [S.N.], p. 1-12, 2023.